

**ANO II - EDIÇÃO Nº 250 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Sexta-Feira, 24 de março de 2017.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 195/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECE lotação ao servidor JOSÉ KASUO OTSUKA, Assessor Técnico, Matrícula nº 143517, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público Estadual - CESAF, a partir de 21 de março de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 196/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 193/2017, que designou o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 197/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR para atuar nas audiências de custódia e na audiência referente aos Autos nº 5008781-40.2012.827.2729, na 1ª Vara Criminal de Palmas, no dia 24 de março de 2017, acompanhando os feitos até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

TOCANTINS, em Palmas, 23 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 198/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para responder pela Promotoria de Justiça de Itacajá, a partir de 23 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 199/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 194/2017, que designou o Promotor de Justiça LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Itacajá.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00059

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresas especializadas no fornecimento de bandeiras.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 145/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 037/2017, às fls. 279/281, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 022/2017, às fls. 282/284, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição,

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para contratação de empresas especializadas no fornecimento de bandeiras do Mercosul, do Brasil, do Estado e dos Municípios do Estado do Tocantins, destinadas ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 003/2017. HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: J COELHO NETO EIRELI – itens 01, 02 e 03; R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – item 04, em conformidade com a Ata da Sessão Pública, acostada às fls. 265/266, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços acostada às fls. 275/277. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 23 de março de 2017.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

### DIRETORIA-GERAL

#### PORTARIA DG Nº 050/2017

O DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no inciso XI, do art. 97, da Resolução nº 008/2015/C.P.J. (Regimento Interno do MPE/TO), e no inciso V, alíneas "a" e "b", do art. 2º, do ATO/PGJ nº 004/2013.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar, a partir de 21 de março de 2017, a servidora MARIA LÉDA DE ALMEIDA ANDRADE, Técnico Ministerial – Assistência Administrativa, ocupante da Função de Confiança: Assistente de Diretoria Geral- FC-4, matrícula nº 120413, para além das atividades desenvolvidas no Gabinete, auxiliar nos trabalhos da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 21 de março de 2017.

**Uiliton da Silva Borges**  
Diretor-Geral  
P.G.J

#### PORTARIA DG Nº 052/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Subprocuradoria-Geral de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010157000201767, em 22 de março de 2017, da lavra do Dr. José Omar de Almeida Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Luís Eduardo Borges Milhomem, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 17/04/2017 a 27/04/2017, assegurando o direito de

usufruto desses 11 (onze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 22 de março de 2017.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 005/2017

INVESTIGANTE: 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Representação

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta irregularidade na prestação de serviço de saúde prestado pela Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína aos reeducandos custodiados na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota consistente na suspensão dos atendimentos médicos e exames de rotina que são realizados na Unidade Básica de Saúde Novo Horizonte.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína/TO, 15/03/2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 007/2017

INVESTIGANTE: 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 004/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta irregularidade praticada pelos agentes penitenciários, policiais civis e/ou agentes administrativos que estavam em exercício e de plantão no dia 05 de junho de 2016, na Casa de Prisão Provisória de Araguaína, ocasião em que em cumprimento ao alvará de soltura em nome do preso Ionaldo Feitosa Lima, emitido pelo Juiz Substituto Carlos Roberto de Sousa Dutra, nos autos nº 0000604-63.2016.8272720, fora posto em liberdade, equivocadamente, o preso Edinaldo Alves da Costa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína/TO, 16/03/2017.

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUATINS

### EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 01/2017/2ªPJ/Araguatins

COMARCA: Araguatins  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 2ª Promotoria de Justiça  
INQUÉRITO CIVIL Nº 01/2017/2ªPJ/Araguatins  
Data da Instauração: 17/03/2017

Parte: Cláudio Carneiro Santana  
Objeto: Colher elementos ligados à denúncia de uso de máquina e funcionários públicos pelo Prefeito de Araguatins.  
Promotora de Justiça: Décio Gueirado Júnior

### EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 02/2017/2ªPJ/Araguatins

COMARCA: Araguatins  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 2ª Promotoria de Justiça  
INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2017/2ªPJ/Araguatins  
Data da Instauração: 17/03/2017  
Parte: Cláudio Carneiro Santana  
Objeto: Colher elementos ligados a despesas efetuadas pelo Município de Araguatins em contexto de festividades ao carnaval.  
Promotora de Justiça: Décio Gueirado Júnior

## 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0019/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, caput, Lei nº 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010155691201764

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelos investigados, decorrente de possíveis irregularidades na condução do processo SESAUTO nº 2013/3055/2457, autuado com a finalidade de pagar pela compra de medicamentos e materiais médicos hospitalares, realizadas por meio de reconhecimento de despesa, sem o devido processo licitatório e registro de entrega dos produtos adquiridos junto à empresa DOSE Produtos e medicamentos hospitalares LTDA, causando, ao tempo dos fatos, dano ao erário no montante de R\$ 2.499.035,47.

INVESTIGADO(S): Vanda Maria Gonçalves Paiva, Ana Cláudia Lopes Gabino, Ana Cristina Pereira Sampaio, Dose Produtos e Medicamentos Ltda

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0020/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, caput, Lei nº 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010155702201714

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelos investigados, decorrente de possíveis irregularidades na condução dos processos SESAUTO nº 2013.3055.2492 e 2014.3055.1357, autuado com a finalidade de pagar pela compra de medicamentos e materiais médicos hospitalares, realizadas por meio de reconhecimento de despesa, sem o devido processo licitatório e registro de entrega dos produtos adquiridos junto à empresa Hospitália - Produtos para Saúde Ltda, causando, ao tempo dos fatos, dano ao erário no montante de R\$ 1.091.772,32.

INVESTIGADO(S): Vanda Maria Gonçalves Paiva, José Gastão Almada Neder, Luiz Antônio da Silva Ferreira, Luiz Renato Pedra Sá, Márcio Carvalho da Silva Correia, Hospitália Produtos para Saúde Ltda-me.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiais, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0020/2017

FUNDAMENTOS: Art. 9º, caput, da Lei nº 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010154996201759

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pela investigada, tipificado nos art. 9º, caput, e art. 10, inc. XII, da Lei nº 8.429/92, em decorrência de receber estipêndio sem que houvesse, da sua parte, a efetiva contraprestação laboral.

INVESTIGADO(S): V. P. d. S. A;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 17 de março de 2017.

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EDITAL

A Promotora de Justiça, Drª. Jussara Barreira Silva Amorim, Titular da 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução n.º 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da notificação dos interessados através de publicação na Imprensa Oficial ou afixação no mural quando da não localização daqueles que devem ser cientificados das decisões proferidas em Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, NOTIFICO o Sr. Marcos Aparecido de Tal acerca da Promoção de Arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 022/2015, instaurado para apurar descumprimento às normas do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) – Apurar maus tratos e situação de risco pessoal em Pessoa Idosa. Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso

queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

Gurupi-TO, 23 de março de 2017.

Jussara Barreira Silva Amorim  
Promotora de Justiça

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 10/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficial, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 10/2017

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; art. 10, incisos VIII e XII, da Lei nº 8.429/92; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Memorando Circular nº 03/2017 CAOPIJ.

FATOS EM APURAÇÃO: implementar a política de atendimento, sobretudo, programas e serviços destinados às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Palmeiras do Tocantins/TO.

INVESTIGADO: Município de Palmeiras do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 17 de março de 2017.

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!**

**OUVIDORIA MPE**  
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575

[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)

[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)